



**Ata Nº 21 / 2018 da 2ª Reunião Extraordinária – 12/12/2018 –
Audiência Pública “25 anos da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social”**

1 Ata da segunda reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social
2 de Juiz de Fora realizada no dia doze de dezembro do corrente ano, às oito horas e
3 quarenta e cinco minutos, na Casa dos Conselhos, localizada à rua Halfeld, Nº 450,
4 sétimo andar, Centro de Juiz de Fora. Teve início a reunião com o conselheiro
5 Presidente Rogério de Souza Rodrigues (Secretaria de Desenvolvimento Social /
6 SDS), que saudou a todos e informou sobre a existência de quórum para dar início a
7 reunião plenária. Fez algumas considerações em relação à realização da **Audiência**
8 **Pública sobre “25 anos da LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social”** e propôs,
9 em seguida, a realização da apresentação do Coral “Juiz de Fora em Serenata” e, logo
10 após, o lanche solidário. Todos concordaram. O primeiro ponto da pauta dessa
11 audiência pública foi a aprovação da ata da plenária anterior, que ocorreu no dia seis
12 de dezembro do corrente ano. A estudante de Serviço Social Francisca solicitou uma
13 alteração na ata na linha dezessete, dizendo que ela é estagiária do curso de
14 graduação de Serviço Social. Sanado esse problema na ata, não havendo nenhum
15 outro, foi a ata anterior aprovada por unanimidade. No segundo ponto da pauta,
16 leitura e aprovação da pauta da reunião, o conselheiro Presidente Rogério Rodrigues
17 (SDS) fez a leitura de toda a pauta e submeteu à aprovação da plenária, sendo a pauta
18 aprovada por unanimidade. No terceiro ponto da pauta, posse de conselheira
19 governamental em substituição, a Secretária de Desenvolvimento Social Tammy
20 Claret deu posse à servidora Silvana de Oliveira Galliano (SDS CRAS/CREAS) que
21 passou, a partir dessa data, a substituir a conselheira Caterine Antunes Pimentel (SDS
22 CRAS/CREAS). No quarto ponto da pauta, Audiência Pública, com a programação:
23 8h30 às 9h, apresentação do Coral “Juiz de Fora em Serenata”; às 9:00h, abertura
24 com a fala do conselheiro Presidente Rogério Rodrigues do CMAS/JF (SDS):
25 “Contextualização da LOAS no Município”; às 9h10, Formação da mesa e palestras:
26 convidados mais representante da sociedade civil, ficando assim a composição da
27 mesa: o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, conselheiro
28 Presidente Rogério de Souza Rodrigues (SDS), o Professor Rodrigo Souza Filho
29 (UFJF), a Professora Sandra Gomes (UNIVERSO), a técnica Aline Marques,
30 representando a Diretoria Regional de Juiz de Fora da SEDESE, a Secretária de
31 Desenvolvimento Social, Tammy Claret, que nesse ato também representou o Prefeito
32 Dr. Antônio Almas. Composta a mesa, o Conselheiro Presidente Rogério Rodrigues
33 (SDS) fez a leitura de um documento do Conselho Nacional de Assistência Social
34 (CNAS), chamando a todos para uma reflexão em relação aos cortes que serão feitos
35 no orçamento da Assistência Social no ano de 2019. Agradeceu às conselheiras
36 Coordenadora da Comissão de Formação e Comunicação Creusa Maria Alves
37 (*COREAS Norte Benfica*), Cynara Visentin de Moraes (Secretaria de Saúde – SS),
38 Cristiane Nasser do Valle (Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG), ao
39 conselheiro Primeiro Secretário Antônio Hugo Bento (*COREAS Sudeste Olavo*
40 *Costa*) e os demais membros da Comissão de Formação e Comunicação. Agradeceu
41 também ao conselheiro Joaquim Lourenço dos Reis (*COREAS Sudeste Costa*



Conselho Municipal de Assistência Social **Ata Nº 21 / 2018 da 2ª Reunião Extraordinária – 12/12/2018 –
Audiência Pública “25 anos da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social”**

42 *Carvalho*), ao conselheiro José Manoel da Silva (Empresa Regional de Habitação de
43 Juiz Fora – EMCASA) e aos demais membros pela organização da Audiência
44 Pública. Em seguida, convidou o conselheiro Primeiro Secretário Antônio Hugo
45 Bento (*COREAS Sudeste Olavo Costa*) para compor a mesa. Informou, ainda, que o
46 documento do CNAS com a reflexão em relação aos cortes que serão feitos no
47 orçamento da Assistência Social no ano de 2019 poderá ser visto por todos. Dando
48 prosseguimento, disse ao conselheiro primeiro secretário Antônio Hugo Bento
49 (*COREAS Sudeste Olavo Costa*) que ele teria cinco minutos para fazer uso da fala.
50 Então, o conselheiro Primeiro Secretário Antônio Hugo Bento (*COREAS Sudeste*
51 *Olavo Costa*) disse que “todos devemos nos unir e nos mobilizar para enfrentar,
52 baseado no documento lido, procurando sensibilizar o Presidente do Brasil eleito, não
53 esperando que ele faça algo, caso não exista mobilização da sociedade contra esse
54 desmonte”. Citou o caso do governo do Estado de Minas Gerais, eleito na última
55 eleição, que em campanha disse que haviam pessoas no Vale do Jequitinhonha que
56 aceitavam trabalhar ganhando trezentos reais por mês. Citou também o caso da
57 alteração a nível federal, com redução da jornada de trabalho para seis horas,
58 reduzindo o salário para menos de seiscentos reais por mês, valor este que não paga,
59 nem um aluguel no bairro onde mora. Em seguida, foi a Secretária de
60 Desenvolvimento Social Tammy Claret quem fez uso de fala. Ela abordou o
61 problema do total desconhecimento da população em relação ao que venha a ser
62 Assistência Social. Percebeu isso ao participar de uma Audiência Pública na Câmara
63 Municipal de Juiz de Fora. Disse também estar muito preocupada com o que se
64 aproxima. Cortar quase cinquenta por cento dos gastos com a Assistência Social
65 tornará muito difícil manter essa política de Assistência Social. A professora Sandra
66 Gomes (UNIVERSO) convidou a todos para uma reflexão em relação ao que é o
67 fundo público, salientando que o fundo não pode ser reconhecido somente pelo lado
68 financeiro, mas precisa ser olhado também pelo seu lado político. O fundo está em
69 constante processo de discussão e de disputa. Discussão tanto pelos usuários, quanto
70 pela sociedade em geral. Apresentou um *slide* no qual abordava várias questões em
71 relação à Assistência Social. A apresentação de *slides* foi disponibilizada para o
72 CMAS/JF, que enviará para todos os conselheiros e entidades. O conselheiro
73 Presidente Rogério Rodrigues (SDS) foi convidado a falar sobre o Pacto Federativo e
74 a Assistência Social e disse que “a garantia orçamentária não é sinônimo de garantia
75 de recursos. Não sabemos o que virá. O governo eleito está inovando. Temos uma
76 pessoa que irá assumir uma Secretaria que será criada, a Secretaria de Impacto Social.
77 Precisamos entender o que isso significa”. Abordou, ainda, a presença de Aline
78 Marques representando a Diretoria Regional de Juiz de Fora da SEDESE e disse que
79 gostaria que ela se manifestasse. “Na engenharia do neoliberalismo e do capitalismo,
80 a política de Assistência Social não recebe muita atenção. Aprovamos nesse Conselho
81 a **Resolução Nº 44 / 2018 – CMAS / JF, que dispõe sobre a aprovação do Plano de**
82 **Fiscalização, Monitoramento e Avaliação da Política Municipal de Assistência**



**Ata Nº 21 / 2018 da 2ª Reunião Extraordinária – 12/12/2018 –
Audiência Pública “25 anos da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social”**

83 *Social* a qual prevê, como uma de suas atividades, a participação e aprovação das
84 peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA). Ainda ressaltou o convite aos Vereadores da
85 Câmara Municipal de Juiz de Fora e disse que é lamentável que não tenha ninguém
86 nesta Audiência Pública do CMAS/JF. Não existe taxação das grandes empresas, ao
87 capital, aos bancos. Em relação à sua fala sobre pacto federativo e a assistência
88 social, como mencionado anteriormente, o fez sobre o seguinte contexto: 1- fez a
89 leitura da carta aberta, como já mencionado, sobre o financiamento do SUAS; 2-
90 falou dos objetivos: discutir criticamente sobre as origens e a importância das
91 finanças públicas, o federalismo brasileiro, após o ano de 1988, salientando aqui que
92 essa Constituição não trouxe o percentual que a União, os Estados e os Municípios
93 reservariam para os gastos na Assistência Social, como existe na Saúde. A partilha
94 dos recursos entre as três esferas de Governo aponta a grande desigualdade com o
95 Município, gastando até setenta por cento de recursos com essas políticas e o Estado
96 e a União não alocando quase nada em ofertas de políticas sociais descentralizadas; 3
97 – Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB/SUAS 2005, que regulou o
98 Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e estabeleceu novas regras para o
99 financiamento (dúvidas e inquietações) para os gestores; antes, o modelo
100 convencional, os recursos eram transferidos aliados a uma cultura política
101 conservadora que dificultava a absorção de um modelo de transferência direta –
102 fundo a fundo – e não produziu o conhecimento sobre finanças públicas capaz de
103 tornar o Orçamento Municipal um mecanismo para consolidar a lógica do direito no
104 âmbito da Assistência Social; 4 – despolitização em torno do tema Assistência Social
105 – prima pobre da Seguridade Social – tornando banal o pequeno volume de recursos
106 em relação à Saúde e a Previdência Social; 5 – com a criação do SUAS, a crítica: em
107 que sentido contribui para a ampliação de recursos públicos para a oferta de
108 serviços?; 6 – engenharia do estado capitalista deixa de ser uma mera expressão de
109 uma política fiscal (equilíbrio entre receita e despesa) para ser um mecanismo de
110 produção do capital e do sistema econômico social como um todo. O estado vai
111 buscar assegurar o lucro do mercado recuperando a capacidade de investimento da
112 economia; 7 – a política social: expressão de maior ou menor presença do estado na
113 oferta de serviços e bens públicos – democratizando ou não a riqueza socialmente
114 produzida – ganho centralizado na luta social. Prioridade do estado com obras e
115 instituições públicas necessárias ao desenvolvimento econômico; 8 – contexto: em
116 meados do século 20, o orçamento público passa a ser mais do que um simples
117 instrumento contábil, torna-se um reflexo da correição do fundo público. O
118 orçamento se transforma em um espaço de negociação – para onde irão os recursos?
119 De onde virão? Quem será beneficiado? 9 – Constituição Federal de 1988 – avanços
120 no controle social, porém há limites em seu caráter autorizativo; 10 – federalismo
121 fiscal brasileiro: o orçamento explica a relação política e econômica entre os
122 governos e a sociedade, exprimindo o compartilhamento de poder entre os níveis de
123 governo, as competências solidárias e concorrentes, traduzida no cofinanciamento das



124 responsabilidades, realizado por meio de transferências constitucionais e
125 descentralizadas fundo a fundo; 11 – após 1988, o novo pacto federativo tinha o
126 princípio da descentralização e da cooperação entre os entes. Avanços: alargamento
127 da democratização do orçamento público, redesenho do financiamento público na
128 seguridade social, previsão da cobertura de direitos sobre a disponibilidade de
129 recursos em direção a sua universalização; 12 – Crítica: medidas de ajuste fiscal,
130 como a concentração de recursos na Previdência Social, impondo-se às demais
131 políticas sociais, com baixa capacidade de pressão, o isolamento progressivo na sua
132 luta por acesso às fontes de receitas vinculadas para o seu financiamento, as
133 responsabilidades compartilhadas não são devidamente acompanhadas de recursos
134 financeiros equivalentes a uma oferta de serviços em quantidade e qualidade
135 adequadas às necessidades da população; 13 – A política de Assistência Social, apesar
136 de regulada, tem baixa capacidade de pressão, por ser um setor afetado
137 frequentemente pelas medidas de ajuste fiscal nas três esferas de governo; 14 – A
138 LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) e sua alteração através da Lei Nº 12.435
139 de 2011, veio proporcionar um status legal ao SUAS, transformando as despesas com
140 serviços e ações continuadas em despesas obrigatórias (funções do Estado); 15 –
141 Financiamento na Assistência Social e sua necessidade de proporção direta entre os
142 recursos destinados à transferência de renda e os serviços devidamente tipificados,
143 com o objetivo de integrá-los, ultrapassando as fronteiras da mera transferência de
144 renda; 16 – Partilha dos recursos: critérios: 1 – porte populacional versus proporção
145 de população vulnerável; 2 – após a definição do porte, os municípios disputam os
146 recursos dentro do mesmo grupo de porte, de acordo com o cruzamento de
147 indicadores socioassistenciais e de cobertura; 17 – Fontes de Financiamento da
148 seguridade social: recursos dos orçamentos dos três âmbitos governamentais;
149 contribuições sociais: empregador, empresa e entidade, folha de salários e
150 rendimentos pagos a pessoas físicas, faturamento, trabalhador e segurado da
151 Previdência Social; 18 – Conclusão: crítica: embora com sua regulação organizada,
152 não prevê vinculação de recursos que lhe dê sustentação. O professor Rodrigo Souza
153 Filho (UFJF) iniciou sua fala afirmando que o controle social não pode funcionar
154 com os conselheiros da sociedade civil concordando com tudo que o governo
155 apresenta. Disse, também, que não pode ser um Conselho “chapa branca” e que,
156 primeiro, os conselheiros, enquanto membros de conselho gestor da política,
157 discutem as estratégias e o espaço político para atuação. Ademais, disse que os
158 conselheiros estão afirmando que o Conselho está sofrendo um desmonte e que
159 querem lutar contra ele, para isso precisam ter certeza, consciência e preparo para
160 esta luta, precisam se informar e também informar pessoas sobre esse
161 posicionamento. É preciso entender o cenário nacional de controle social. É preciso
162 entender essa relação de Estado e Sociedade Civil, o Estado existe para manter a
163 dinâmica da Sociedade Civil, implementando as políticas oriundas delas. A
164 concentração de riqueza não é função do Estado, pelo contrário, o Estado precisa

**Audiência Pública “25 anos da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social”**

165 criar mecanismos para inibir essa concentração de riqueza. Setores progressistas e
166 conservadores podem concordar se está havendo ou não um desmonte. Governo e
167 Sociedade Civil têm projetos diferentes. Não somos uma confraria. Temos de
168 entender isso. Disputa política é salutar. A luta de enfrentamento contra o desmonte é
169 uma luta que deve ser de toda a sociedade, o Conselho sozinho dificilmente
170 conseguirá vencer essa luta com êxito, é preciso mobilizar a sociedade. O que foi dito
171 pela Secretária de Desenvolvimento Social Tammy Claret, pelo conselheiro
172 Presidente Rogério de Souza Rodrigues (SDS) e também pelo conselheiro Primeiro
173 Secretário Antônio Hugo Bento (*COREAS Sudeste Olavo Costa*) nos dá um horizonte
174 para termos uma sociedade com mais desenvolvimento social, de renda e
175 economicamente participante em uma política social mais universalista. Esse projeto
176 não será avançado se não estiver dentro desse contexto. O projeto vencedor na última
177 eleição é ultraconservador, a favor do desmonte, e fora respaldado por mais de
178 cinquenta e sete milhões de eleitores. Temos de entender e enfrentar isso para
179 estancar esse desmonte. O enfrentamento passa pelo Conselho, mas não pode ficar
180 somente aqui, teremos que sair e conquistar corações e mentes. Não é tarefa local. Se
181 faz necessário identificar com quem se vai aliar, é isso o que falo, disse o Professor
182 Rodrigo de Souza Filho (UFJF), baseado nas falas das pessoas que me antecederam,
183 não se vai ganhar nenhum segmento. Para fortalecer o Fórum, tem de se disputar o
184 Fórum, temos de nos conectar com vários segmentos da sociedade. A Audiência
185 Pública foi aberta para perguntas aos palestrantes, tendo se inscrito na primeira
186 rodada a Maura, o conselheiro Coordenador da Comissão de Política da Assistência
187 Social Luã Farnezi Santos (*Fundação Maria Mãe*), o conselheiro Primeiro Secretário
188 Antônio Hugo Bento (*COREAS Sudeste Olavo Costa*), o Igor, representante do
189 Partido Novo, a conselheira Cynara Visentin de Moraes (SS) e o estagiário Lucas
190 Toledo Amaral (CMAS/JF). Respondendo às perguntas, o Professor Rodrigo Souza
191 Filho (UFJF) disse que o controle social não pode dar uma direção para a política
192 pública, também disse não saber o que fazer para conseguir a mobilização,
193 respondendo a pergunta da Maura, que queria que todos os palestrantes respondessem
194 como deveria se fazer para mobilizar a parcela da sociedade que não quer participar.
195 Respondendo a pergunta, o Professor Rodrigo Souza Filho (UFJF) disse que estamos
196 de fato mergulhados em uma crise econômica e a maneira como se vai sair dessa
197 crise pode piorá-la ainda mais, dependendo do gestor. Sendo o vencedor da última
198 eleição mantenedor de uma proposta ultra liberal, não vê como vai se dar a política
199 para distribuir a renda. Disse, ainda, que concordava com o conselheiro Primeiro
200 Secretário Antônio Hugo Bento (*COREAS Sudeste Olavo Costa*), onde o Estado foi
201 criado para garantir o capitalismo. O PT não implementou um governo progressista e
202 o aumento da pobreza não foi devido ao golpe. O PT em sua longa trajetória
203 conseguiu muitos avanços, porém não houveram avanços nas políticas estruturais. O
204 Golpe acirrou isso? Sim, disse ainda o Professor Rodrigo Souza Filho (UFJF), não
205 fizeram reformas estruturais, a ex-Presidenta Dilma Rousseff cometeu equívocos, a



206 agenda de 2013/2014 era demandada da FIESP. Cota isolada é problema, porém eu
207 sou favorável à cota. Em relação ao CRAS: política pública tem de ser feita por órgão
208 público, em Juiz de Fora a tradição é a entidade *AMAC (Associação Municipal de*
209 *Apoio Comunitário)* conduzir essa política, que é pública. É adequado manter isso?
210 Não. Também é difícil modificar isso, foi a partir de 2007 que teve início o
211 movimento em relação a essa política. Tem de haver um trabalho para reorganizar
212 essa política. Minha avaliação, disse ainda o Professor, é que esse problema é
213 secundário. Tem de ser público/estatal, se o serviço acontecesse seria essencial, mas
214 não é o momento mais propício para demandar. A Professora Sandra Gomes
215 (UNIVERSO) falou também sobre a intervenção social e citou o fato de que em uma
216 palestra que ela participou, duas pessoas falaram, uma progressista e uma reacionária,
217 ambas foram aplaudidas. O resultado disso é a maneira como se deve montar a
218 estratégia para enfrentar isso. Esse projeto começou com o TRE aceitando a
219 candidatura. Faço trabalhos de base com a minha família, uma vez por mês reúno
220 primos, sobrinhos e cunhados e vamos discutir política. A política social não pode ser
221 pensada enquanto números. O conselheiro presidente Rogério de Souza Rodrigues
222 (SDS) ainda disse: “Não podemos deixar de nos indignar. Precisamos respeitar os
223 resultados das urnas, mas o Plano Municipal de Assistência Social tem de pensar na
224 intersectorialidade”. Não tendo mais nada a tratar, o conselheiro Presidente Rogério
225 Rodrigues (SDS) agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião e a
226 Audiência Pública, seguindo esta ata assinada por mim, conselheiro Primeiro
227 Secretário Antônio Hugo Bento (*COREAS Sudeste Olavo Costa*), que secretariei esta
228 reunião pelos demais conselheiros.

229

230 Assinatura dos (as) Conselheiros (as) do CMAS/JF:

231

232

233 Alfredo Vicente Salgado Faria, Andréia Fernandes Teixeira, Antônio Hugo Bento,

234

235

236 Aparecida de Fátima Gomes, Auzenda Maria Villela,

237

238

239 Bruno Alexandre Rodrigues Tocafundo, Camila Glória Avelar Silva,

240



241

242 Carmen Jussara da Conceição Medeiros da Silva, Cleide Ana Rodrigues Mendes,

243

244

245 Creusa Maria Alves, Cristiane Nasser do Valle, Cynara Visentin de Moraes,

246

247

248 Érica Cristina Costa Fernandes, Flávia Lopes Longo Machado,

249

250

251

252 Geíza Taianara da Silva, Gerson Antônio de Almeida, Giovana Cestario Zaquini,

253

254

255 Hélia Maria Dias, Hélio Coutinho Teixeira, Hélio Lamim Furtado,

256

257

258 Irene Aparecida Vitorino, Janete Silva,

259

260

261 Jaqueline Aparecida Trovato dos Santos Fernandes, Joana D'Arc da Silva Talha,

262

263

264 Joaquim Lourenço dos Reis, José Manoel da Silva,

265



266

267 Larissa Cristina Faria Ribeiro, Lidiane Charbel Souza Peres,

268

269

270 Luã Farnezi Santos, Luana Diniz Rabelo, Maria Angélica Neves de Castro,

271

272

273 Maria Aparecida da Silva Damascena, Maria Beatriz Soares Santos,

274

275 Maria da Penha Correia Silva, Marília de Lourdes Dias Teixeira, Paulo Azarias,

276

277

278 Raimundo Penhaforte Reis Faria, Regina Célia de Souza, Rodrigo Amaral de Souza,

279

280

281 Rogério de Souza Rodrigues, Rosemary Gonçalves Pereira,

282

283

284 Silvana de Oliveira Galliano, Silvana Rosa Barbosa Lemos, Tadeu José Vieira,

285

286

287 Thais Maria Altomar, Thamara Fernanda de Oliveira Pereira, Valéria Leão Ferenzini,

288

289

290 Valéria Martins Pereira, Vera Lúcia de Castro Garcia, Walter Vanderlei Garcia,

291



**Ata Nº 21 / 2018 da 2ª Reunião Extraordinária – 12/12/2018 –
Audiência Pública “25 anos da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social”**

292

293 Wilson Borrajo Cid.